

A localização das desigualdades e diferenças pelos jovens: um estudo de caso

Jaileila de Araújo Menezes¹

No presente trabalho expomos um processo de pesquisa acerca das relações de amizade entre jovens. Denominamos “processo de pesquisa” dada a especificidade da metodologia utilizada com uma ênfase social-clínica onde interessam as transformações possíveis de acontecer em cada um e no grupo, nos adolescentes e nas pesquisadoras também quando incitados a falar, imaginar, refletir, sobre o tema da amizade, estrategicamente escolhido como forma de conduzir os jovens numa passagem do si mesmo ao outro, do igual ao diferente, desigual, estranho, estrangeiro, inimigo.

O trabalho está dividido em seis sessões. Na primeira realizamos uma rápida contextualização da situação dos vínculos de amizade entre jovens na contemporaneidade, em seguida tratamos dos aspectos metodológicos da pesquisa social clínica, suas principais características e diferenças com relação a um tipo de pesquisa que denominamos de identitária. Nas sessões três, quatro e cinco relatamos os acontecimentos dos módulos que compuseram os momentos específicos da pesquisa, a saber, “A amizade como

¹ Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Pesquisadora em parceria do Núcleo de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e a Adolescência Contemporâneas (NIPIAC) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal de Pernambuco.

coincidência”, “O avesso do amigo” e “O amigo é o diferente!”. Por fim, concluímos com a indicação do discernimento que alcançamos ao longo do processo.

1. A contemporaneidade, a juventude e a amizade.

Vivendo num cenário cultural cada vez mais marcado pela incerteza, mobilidade, transitoriedade, que exige abertura para mudanças, os adolescentes são afetados por linguagens cada vez mais temporárias e provisórias com as quais se **identificam** e mandam sinais de **reconhecimento** para os outros, seja através de estilos de roupas, gêneros musicais ou participação em grupos. É essa dinâmica de identificação e reconhecimento em intenso movimento nesse segmento que os faz sensíveis ao contexto cultural contemporâneo e as suas possibilidades de sociabilidade.

Na cena contemporânea, são múltiplas as zonas de experiência, cada qual caracterizada por formas específicas de relacionamento, linguagem e regras. Segundo Melucci (1997), os adolescentes percebem os efeitos dessa ampliação de possibilidades pelo menos em três planos: 1) expansão dos campos cognitivo e emocional (tudo pode ser conhecido/tentado); 2) reversibilidade de escolhas e decisões (tudo pode ser mudado); e 3) substituição do conteúdo material da experiência por constructos simbólicos (tudo pode ser imaginado).

Desses pontos, poderíamos extrair intensa flexibilidade adaptativa que acompanharia o apelo feito pela globalização da economia e pelos avanços tecnológicos de abertura para o novo, apelo endereçado ao sujeito adolescente em “vias de tornar-se adulto” e como condição para serem “sujeitos do seu tempo”. De fato, os adolescentes parecem bem aderir aos novos produtos e tecnologias, aos novos paradigmas e hábitos².

Outra face do contemporâneo, no entanto, solicita também descentramento da subjetividade. A globalização torna possível o contato real (construção de eficientes meios de locomoção, encurtamento das distâncias) e/ou virtual (eficientes meios de comunicação a distância) com outros possíveis, para além do local um plano relacional global/mundial.

² É certo que estamos nos referindo aos adolescentes pertencentes aos estratos mais favorecidos economicamente, porquanto os jovens pobres estão alijados do acesso aos bens materiais mais básicos, quiçá das novas tecnologias.

Como se posicionam os sujeitos adolescentes, dada a possibilidade de contato/encontro com tantos outros possíveis? A receptividade ao Outro é o que faz questão para nós. A abertura para o estranho, para o estrangeiro e também para o que Ulloa (1998) denominou de “amizades estrangeiras”, parece apresentar-se ainda como tarefa a realizar. Hoje a experiência do sujeito na relação de amizade parece ainda enfatizar o amigo como igual, um parente, uma imagem, uma cópia de si mesmo, aquele que é incorporado ao “eu”. O diagnóstico dos nossos tempos como marcado pela dificuldade de convivência com os outros em que preconceitos e o comportamento xenófobo, longe de serem exceção, estão cada vez mais acentuados, expressa a permanência de um ideário identitário no plano relacional.

Não podemos deixar de considerar, também, o impacto dos recentes atentados terroristas (que surgem como resistência ao processo de globalização e ao avanço do imperialismo no mundo) nas possibilidades de deslocamento, restringindo a oportunidade de acesso à diversidade de outros povos. No nível mais local, temos o avanço da violência nas grandes cidades do Brasil, que contribui para o processo de **guetificação** “(...) que se traduz no encerramento espacial das crianças e jovens seja no bairro onde vivem, seja nos shoppings e nas escolas” (Castro, 2001, p.39).

No plano mundial ou nacional, global ou local, vivemos uma restrição nas possibilidades de experienciar diferentes formas de convivência e “alterização”. Estamos cada vez mais distantes do Outro estrangeiro ou desigual e apegados à “política de proteção” ou “ideologia da vida segura”, em que se privilegia o controle e a previsibilidade no plano dos encontros, e os vínculos, trocas e interações continuam ocorrendo, prioritariamente, entre pessoas íntimas e nos espaços privados, em detrimento da vida pública compartilhada. Proteção e segurança advogam pelas relações entre familiares e os amigos “de verdade”.

Longe de afirmar um modelo relacional pautado na intimidade, reciprocidade, proximidade antropofágica, propomos aqui um descentramento, onde o diferente é convidado a expressar-se tanto no estranho (Outro do outro) quanto no familiar (O outro em relação ao si)³. Propomos uma “afetação” das relações, em especial as de amizade, pelas

³ Definindo melhor esses termos, podemos dizer que “O outro em relação ao si” corresponde ao amigo que se tem como igual e coincidente. “O outro de si” só emerge quando o si é afetado pelo “outro em relação ao si”, ou seja, quando o amigo expõe suas diferenças rompendo com a imagem especular de dois iguais; ou ainda

tão propaladas características do contemporâneo, a saber, a abertura ao novo e ao inusitado, ao efêmero e transitório, ao nômade e a todos os passageiros da diferença. Nossa pesquisa pretendeu, assim, examinar: como os sujeitos se formam e transformam a partir das experiências de amizade e como tal transformação pode ter um estatuto ético-político quando conduz à tematização das diferenças sociais.

Mas por que a amizade? Pelo seu posicionamento fronteiro, justamente pela ambigüidade que lhe é inerente, pois pode tanto reforçar o projeto intimista, de auto-realização e liberdade do eu com relação ao campo social, como pela sua potência em distanciar-se deste campo individual para dar relevo à vida coletiva.

Na verdade, fizemos um uso estratégico da amizade, pois aderimos, inicialmente, ao seu sentido mais pregnante de intimidade, familiaridade, coincidências e semelhanças para irmos minando-a de seu interior, vislumbrando com os jovens outras possibilidades de relação onde o Outro em relação ao si (amigos mesmo) mantêm-se “altero” lá onde era pensado como igual e o Outro do outro (o estranho, o estrangeiro, o desigual, o inimigo) surgem como personagens da cidade e do mundo com os quais é possível uma relação pautada no respeito e na hospitalidade.

A investigação da amizade entre jovens assenta-se também na inquietação que experimentamos com discursos que denunciam a desarticulação social dessa categoria. Afirmar a desarticulação política dos jovens parece mais denunciar a estratégia de desautorização das ações coletivas empreendidas por essa categoria como forma de manter os códigos e poderes dominantes. O trabalho com esses atores tem, pois, um apelo democrático, qual seja, garantir um espaço de escuta às vozes juvenis. Ainda em consonância com esse apelo democrático, Castro nos sugere que:

“Ainda que de certa forma impossibilitados de uma ação direta e efetiva sobre os ‘negócios do mundo’, como diria Arendt, crianças e jovens agem, ao problematizarem o mundo tal como é, ou, ao vislumbrarem cursos diferentes de ação cujas conseqüências transformariam o *status quo*. A reconstrução ideativa e emocional **do mundo e da cidade**⁴ anuncia já um processo de restauração e transformação, pois ele ativa possibilidades, impregnando o real do ‘outro’ – o possível” (2001, p.42).

quando o si é afetado pelo “Outro do outro”. Estamos tomando aqui o “outro do outro” como aquele que comporta a diferença pejorativa e com o qual se evita o contato. Ele pode ser nomeado de inimigo/estranho/estrangeiro/oposto/desigual.

⁴ Para o que nos interessa, leia-se aqui “Amizade”.

Para os jovens, o Outro se faz questão justamente pelas diversas significações e inteligibilidades que se impõem a eles nesse momento da vida:

“(…) o tema das relações sociais, ou o tema do outro, ganha sentido político na medida em que é por onde se consolidam as primeiras significações e a inteligibilidade a respeito da inospitalidade que os cerca; por onde aparece o interesse comum em busca de ações que minimizem o sofrimento; é por onde se reafirmam também os interesses de classe que resistem a soluções mais coletivas para problemas comuns” (CASTRO, L. & MENEZES, J., 2002, p.73).

2 Metodologia

Para a condução do grupo de discussão com adolescentes acerca da Amizade, recorreremos às indicações metodológicas elaboradas por Castro (2001 a; 2003) e que marcam a singularidade de uma pesquisa social-clínica, principalmente por diferenciá-la de um tipo de pesquisa que denominamos de identitária.

No texto *Grupos de discussão com adolescentes: confrontando o “singular” na pesquisa e na prática clínica*, Castro nos diz que, no modelo de pesquisa identitária, há uma distância estratégica entre o pesquisador e o adolescente que visa a assegurar para o primeiro as certezas na condução do processo. As posições identitárias, do pesquisador e do adolescente, são estabelecidas por meio de um referencial normativo: “O adolescente para o pesquisador só pode ser reconhecido a partir de categorias previamente estabelecidas e por ele determinadas” (2003, p.3). Prevalece, assim, um processo “liso”, sem surpresas e onde o pesquisador mantém a posição de saber/poder pelo controle e previsibilidade dos dados.

A pesquisa social-clínica (cujo formato é o da oficina), por sua vez, tem como característica principal a precariedade. As posições identitárias se desfazem para dar lugar à “momentos de diferenciação”. Os objetivos da pesquisa, dada a permeabilidade entre pesquisadoras e adolescentes, são constantemente refeitos e transformados, isso porque o pesquisador conta, mas também é contato pelos adolescentes, é enlaçado pelos temas que propõe para a produção dos discursos como o igual, o diferente, o estranho, o respeito, a tolerância, o público, o privado, o político, os desafios da convivência, só para citar alguns. Aliás, a convivência entre o pesquisador e os adolescentes chama atenção pelo inusitado:

“(...) inusitado que é de se encontrar, se conhecer, se falar por um tempo, se despedir e não se ver mais” (2003, p.5).

O que resulta dos encontros entre pesquisadoras e adolescentes? O que conseguimos alcançar: “(...) uma narrativa do presente, uma história que se conta sobre como vivemos, sofremos, ou nos alegramos” (2003, p.5). Destaque aqui para a atividade narrativa, essa busca de significação partilhável com função política (Kristeva, 2002, p.87).

Com relação à Amizade, em especial, temos narrativas sobre quem escolhemos para amigo, como convivemos com essa companhia, o que há de prazer e dor no encontro com esse outro. Levar os jovens a narrar suas experiências de vida e encontro com os outros é uma forma de fazê-los entrar em contato com a totalidade da experiência social, totalidade essa da qual fomos apartados quando a modernidade se instituiu a partir do declínio das sociabilidades públicas, em fins do século XVIII (Birman, 2002). A oficina surge assim como espaço de reabilitação da narrativa que é também precária, pois não nos fornece previsibilidade e confiança no futuro, apenas “(...) cristalizações particulares e talvez temporárias” (2003, p.5).

Resumidamente, podemos dizer que as oficinas consistem em grupos de discussão com jovens, com tempo determinado, onde se promove a reflexão e a imaginação sobre aspectos do vivido dos participantes, que, no presente caso, é sua experiência de amizade. Neste sentido, as oficinas se assemelham aos “grupos operativos” (Bleger, 1980) que têm tarefa e objetivos, mas que ao longo de sua consecução produzem conflitos, problemas e recursos considerados em função dos objetivos propostos. Desta forma, as oficinas podem ser importante instrumento de pesquisa, onde importa também a capacidade dos sujeitos se transformarem através de sua própria ação e reflexão. As oficinas, como instrumento de pesquisa e intervenção, inserem-se numa visão que valoriza a capacidade de reflexão dos sujeitos, sejam eles participantes ou pesquisadores, dentro das atividades de pesquisa (King, 1998; Smith, 1998⁵ *apud* Castro, L; Cordeiro, A & Menezes, J., 2002).

A Oficina da Amizade foi coordenada por nós e contou com uma assistente de pesquisa, sendo que ambas foram a campo para os onze encontros ocorridos, cuja

⁵ Cf. King, E. (1998). The use of the self in qualitative research. In J. Richardson (Org.) *Handbook of qualitative research methods for psychology and the social sciences*. Leincester: British Psychological Society. Smith, J. (1998). Evolving issues for qualitative psychology. In J. Richardson (Org.) *Handbook of qualitative research methods for psychology and the social sciences*. Leincester: British Psychological Society.

freqüência foi de uma vez por semana. Cada encontro durou cerca de uma hora e meia, em média. Para a oficina da amizade ocorrida em Fortaleza, elaboramos três módulos com três encontros cada um.

No **primeiro módulo**, objetivamos levantar junto aos adolescentes os termos definidores da amizade e observar como estes se relacionam com as noções de ALTERIDADE, ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO.

No **segundo módulo**, objetivamos identificar a alteridade ou diferença radical, ou seja, quem representa, para os jovens em questão, a figura avessa ao amigo, quem corporifica o estranho, o desconhecido, o indiferente, o inimigo. Cabe aqui observar a importância das diferenças sociais, ou seja, os aspectos visíveis dos diferentes estilos de vida (Castro, 2001a) referentes às escolhas/pertencas sexuais, raciais, culturais, entre outras.

No **terceiro módulo**, iniciamos um processo de imaginação, discussão e proposta de vivência da amizade como desafio e incitação recíproca. Questionamos os termos comumente vinculados a amizade (consenso, transparência, identificação, fusão, intimidade). O caráter político da amizade é trabalho em duas frentes, a saber: com o diferente manifesto⁶ (aquele com o qual os adolescentes evitam contato por corporificar a diferença pejorativa em termos de raça, cultura, opção sexual, condição social) - aqui cabe a defesa de uma *democracia generosa* com esse diferente; com o diferente latente⁷ (o amigo do qual buscam eliminar as diferenças e ressaltar as afinidades), cabendo aqui o encontro com o estranho que há no que é familiar e a defesa de um *ethos* de distância com relação ao amigo para que a alteridade possa ser mantida e assim operar a transformação e o aperfeiçoamento do si mesmo e do outro.

A oficina se constituiu num processo único e contínuo, acontecendo entre os meses de fevereiro e junho de 2003, sem interrupção, para benefício de todo o processo. Como recursos auxiliares para motivação, imaginação e discussão, foram utilizados desenhos, dinâmicas, figuras, dramatizações e produção e narração de histórias.

Seguiremos com o relato da experiência da Oficina da Amizade, realizada em uma escola particular de ensino fundamental e médio, situada no centro da Capital

⁶ Equivale ao conceito de “Outro do outro”.

⁷ Equivale a definição de “Outro em relação ao si”.

cearense. A escola tem uma orientação religiosa e destaca-se pelo grande incentivo às manifestações esportivas, culturais e artísticas, além do que disponibiliza bolsa de estudo para os filhos de todos os seus funcionários, desde os cargos de direção até os de serviços gerais e limpeza, tornando com isso possível o encontro das diferenças.

O contato com a instituição foi feito através do NUCEPEC⁸, sendo que a negociação para a realização da pesquisa transcorreu sem maiores dificuldades. A orientadora educacional que fez a ponte entre nós e o grupo parecia interessada na realização da pesquisa e foi ela quem montou o grupo a ser trabalhado atendendo a nossa solicitação de que fossem estudantes que se aproximassem formalmente da condição de sujeitos políticos⁹. O grupo indicado foi o grêmio estudantil da escola. Nas reuniões iniciais, chegamos a contar com a presença de 16 jovens, mas o grupo que de fato se constituiu como o da pesquisa ficou com 11 componentes, sendo oito meninas e 3 meninos, com faixa etária variando entre 14 e 17 anos. Os jovens moram em bairros diferentes, alguns poucos na parte mais nobre ou central da Cidade e outros em bairros mais periféricos e distantes da escola, embora sejam predominantemente provenientes de famílias de classe média.

3 A amizade como coincidência.

Nesse módulo, interessamo-nos por apreender os sentidos comumente vinculados à amizade, bem como a relação que o termo mantém com os que lhe são afins, ou seja, a noção de alteridade, o público e o privado.

⁸ Trata-se da primeira experiência no Nordeste, de núcleo universitário voltado para a defesa dos direitos da criança e do adolescente, e o segundo no País. O Núcleo gera e socializa informações acerca desses segmentos populacionais e colabora com a capacitação e o aperfeiçoamento de recursos humanos na área. Cf. PINHEIRO, A de A A; GUIMARÃES, T. de A & NASCIMENTO, V. S. do. *Nucepec*: Uma história de dez anos de atuação na área da infância e da adolescência. In: NUCEPEC: Infância e adolescência em discussão. Fortaleza: UFC & CBIA, 9-29. Segue na seção Anexos a carta de apresentação da proposta de pesquisa endereçada à Escola.

⁹ Por sujeitos formalmente políticos compreendemos os jovens com faixa etária de 16 anos que tem assegurados seus direitos de votar e ser votado. Mesmo reconhecendo a importância do acesso ao voto, nossa intenção de trabalhar com uma faixa etária em torno dessa idade estava, justamente, em apontar para eles uma outra faceta do político que está para além dos direitos e deveres formais. A nossa chamada foi no sentido de ressaltar outras formas de participação nos destinos da sociedade, de como podem influir na construção de uma ordem coletiva, para além de interesses pessoais e individuais. Sublinhar ainda um sentido de político que tem a ver com a localização das diferenças (que existem, mas que não deveriam existir) e do diferente (a irredutibilidade de cada um assegurada pela ação, discurso e exercício da crítica).

Sobre a **amizade**, chamou atenção o processo de seleção dos amigos via afinidades e gostos em comum. A lealdade é a qualidade mais buscada no amigo. Este pode ter muitos defeitos, menos a falsidade que compromete a relação. A falsidade é o defeito mais ameaçador da relação de amizade porque rompe o “contrato” mais básico que mantém o vínculo dos amigos, a confiança (sentimento de segurança pautado na crença no comportamento do outro) e a sinceridade (envolvimento verdadeiro e apoio mútuo nos momentos difíceis).

Em relações de intimidade, como as de amizade, os adolescentes trouxeram dificuldades em administrar o que descrevem como *proximidade*. Falam de uma experiência de estar perto do outro, vivida de uma forma excessiva, mesmo porque, sem civilidade, sem o *ethos* da distância conforme proposto por Sennet (1998). Com a excessiva proximidade, a intimidade passa a ser problema, pois parece anular o cultivo da distância necessária ao reconhecimento e comunicação das divergências e diferenças com relação ao amigo.

O caráter maléfico da excessiva intimidade também foi enfatizado pelo comprometimento do respeito já que muitos limites são ultrapassados. Holanda (1995) é quem nos diz o quanto nunca fomos muito bons em limites, dado o gosto pela fusão com o outro, o que, por muito tempo, foi celebrado como indício de mobilidade e plasticidade características do povo brasileiro. Gosto pela fusão e horror às distâncias, elementos desencadeadores da tradução que operamos do respeito em intimidade.

É importante enfatizar que os jovens não abrem mão da intimidade, mas isso não os impede de localizar e experienciar os seus “efeitos colaterais”. Apontam para a necessidade de um limite na proximidade, de um espaço de distanciamento, mas também retrocedem nesse apelo em nome de algo que é culturalmente mais forte entre nós, a saber, a devoção, a lealdade e a fidelidade ao amigo que requer o engajamento com a vida do outro em todas as suas dimensões. Interessante, porém, é a abertura para a problematização da proximidade que, como vimos, nunca deve ser totalmente próxima, pois há de haver distância na proximidade.

Aqui se fez presente também uma discussão sobre essência e aparência. Em reação à afirmação de um dos meninos de que “... *não julgo as pessoas pela aparência*” (D. M., 15 anos), o grupo compartilhou da compreensão expressa por uma das meninas de que “... *as pessoas olham a aparência sim e isso é fator que faz afastar as pessoas*” (H. 16

anos). A aparência figura como um item de seleção dos amigos, uma vez que “... *aprofundamos contato com quem, de alguma forma, chama nossa atenção no sentido de ser uma pessoa que admiramos e com a qual temos afinidades*” (H., 16 anos). O sentido de aparência aqui tem uma dimensão de exterioridade como aspectos visíveis dos diferentes estilos de vida.

Esses aspectos visíveis que permitem a identificação dos sujeitos (localização em determinados grupos ou tribos) são fundamentais no início da amizade; correspondem à etapa inicial da relação, onde visualizam os gostos em comum, as afinidades na maneira de ver a vida e a semelhança de valores. Essas afinidades de estilo de vida e visão de mundo (aparência) selecionam, mas não garantem o laço da amizade que só ganha formato com os acontecimentos que se desenrolam ao longo do tempo (essência). Essa etapa inicial da amizade relativa aos primeiros contatos corresponde à aparência, pois é só ao longo do tempo que a amizade revela a sua essência. Esse aspecto paradoxal de uma essência que é construída na relação e ao longo do tempo se manteve essencial à definição da “verdadeira” amizade.

Por mais que o jovem insistisse na sua postura de aberto ao contato com o diferente, apontando para a mistura racial, afirmando-se como não preconceituoso, ou para a mistura das tribos “... *sou skatista e namoro uma pagodeira*” (D. M., 15 anos), a dificuldade em se aproximar do diferente venceu como opinião predominante no grupo.

A falsidade e a aparência, na seqüência, rompem a relação de amizade e até impedem que ela venha a se estabelecer. O grupo fez uma defesa da existência do amigo, de quem espera lealdade, que também é “feito de defeitos”, os quais, embora causem estranheza, são tidos como inevitáveis e marcam a diferença do outro com relação ao si mesmo, diferença essa ao mesmo tempo desejada e evitada. Desejada porque permite a diferenciação, a singularidade de cada um, e evitada, vivida com sofrimento e angústia, por indicar o limite mesmo da irrepetível existência de cada um.

Os amigos e amigas são conquistados ao longo da infância e encontrados na vizinhança e na Escola¹⁰, em consonância com os dados colhidos em Rezende, de que

¹⁰ Aliás, chegam a destacar que o que há de melhor na escola são as amizades. A escola é mais prazerosa pela socialização que proporciona do que pelo conhecimento que objetiva transmitir.

“(...) a amizade tende a se estabelecer entre pessoas com a mesma origem social, que conviviam no mesmo meio (tipo de escola ou universidade, tipo de trabalho, etc.) e compartilhem os mesmos interesses, ou que tenham posições sociais, gênero, origem étnica e religião semelhante. A simetria e a equivalência das trocas estariam assim garantidas na relação” (2002, p.22).

Sobre a localização da **alteridade**, resolvemos tomá-la em sua dupla expressão, a saber, o que denominamos de outro latente e outro manifesto. O outro latente (o outro em relação ao si), ou seja, aquele com o qual mantém relações de amizade, dadas as afinidades compartilhadas ao longo do tempo, pode passar a ser opositor quando marca as suas diferenças com relação ao amigo, quando sustenta idéias diversas e aponta os defeitos mais difíceis do sujeito admitir. Já o outro manifesto (o outro do outro), a quem atribuíram o afeto incômodo (Hassoun, 1998), aquele do qual se distanciam, pois representa perigo, foi corporificado, inicialmente, pelo homossexual, que até pode ser amigo se for discreto e não objetivar envolvimento amoroso-erótico. Mas aqui prevaleceu mesmo o preconceito, falaram com repulsa e trouxeram relatos de “nojo e vômito”. Quando o homossexual está na escola, a discriminação se expressa no medo de ficar perto dele e ser assim confundido com ele.

Há ainda a lógica da familiaridade e privacidade operando em virtude da não-discriminação quando a opção sexual é feita por um membro da família, uma prima, por exemplo, o que nos faz lembrar da lógica brasileira da casa e da rua. Se o homossexual é um parente, ele pode ser incorporado à família e a discriminação é mais branda, mas, diante de um homossexual na rua, não se vêem obrigados a respeitá-lo. Proteção do familiar (na casa todos têm seus direitos assegurados), rechaço do que é diferente (na rua predominam as leis impessoais e o indivíduo está desprotegido).

Trouxeram ainda o rapaz do morro, traficante, grosso, sem educação e ladrão, mas também de forma ambígua, pois, ao mesmo tempo em que é uma figura perigosa, é desejado por um outro, Eduardo, de jeito educado e o mais rico do bairro. Segundo a história que produziram: “... *Eduardo tinha uma certa queda por rapazes do morro, assim como Márcio. Traficantes, grossos, sem educação. Isso lhe parecia atraente. Mal sabia ele que Márcio, percebendo seu jogo de sedução, iria, na verdade, arrancar todo o dinheiro de seu bolso*”.¹¹ Ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de mistura entre o rico e o

¹¹ Extrato da história produzida pelos jovens.

pobre, o educado e o grosso, sem educação, o “moral” da história destaca os efeitos maléficos da mistura. O desfecho desse contato entre diferentes é negativo.

As informações iniciais referentes à dinâmica entre os termos **público e privado** estão relacionadas com a constituição da chapa do grêmio, que ocorreu a partir de um vínculo de amigos, colegas e simpatizantes entre si que resolveram se juntar para “*mudar as coisas*”, “*fazer diferente de antes...*”. A gestão do coletivo ocorre a partir de interesses pessoais, não suficientemente negociados com os demais. Na relação de forças que predomina no grêmio, “*ganha*” quem fala mais alto (Retomaremos esse tema no próximo módulo, pois o público e o privado começaram a ser vislumbrados por eles a partir das manifestações dos conflitos vividos ao longo dos encontros em que os amigos de “verdade” começam a discordar entre si).

4 O avesso do amigo

É com o outro que coincide, mas não é igual, que se formam laços afetivos, laços de amizade. O reconhecimento da diferença do outro-amigo e sua aceitação diante de alguns limites, é certo, contrasta com a impossibilidade de aceitação do oposto do amigo, do inimigo, do estranho. Na atividade proposta de que desenhassem uma situação de encontro com o oposto do amigo, fizeram duas garotas, uma de frente para a outra, sendo que uma branca e a outra negra. A negra convida a branca para passar um fim de semana na casa dela e a branca responde: “*Não posso*”. O grupo traz à tona o que de fato impede a branca de ir à casa da negra, colocando a seguinte frase num balãozinho: “*Eu não! A casa dela deve ser um ‘muquifo’! E ainda vou ficar mal falada por ter ido à casa de uma negra!!!*” Explicaram que queriam mostrar uma situação de falsidade que ocorre quando as pessoas pensam uma coisa, mas dizem outra. Com o desenrolar dos comentários, surgiu muito mais a questão do preconceito racial.

Trouxeram inúmeros exemplos de situações envolvendo familiares, amigos ou até eles mesmos, assumindo posições preconceituosas, como a de quando encontram dois mendigos, um branco e o outro preto, distanciam-se imediatamente desse último porque

pode roubar; ou ainda quando numa festa uma das meninas diz que é mais difícil se aproximar do rapaz negro.

A explicação que tentavam dar para o racismo era a de que era cultural, ou seja, o que os tornam racistas é a sociedade de uma forma geral e a família em particular por não aceitar a união entre pretos e brancos. De fato, considerando a especificidade da sociedade brasileira, marcada pela exploração do trabalho escravo, com certeza, nos afirmamos estabelecendo o negro como margem, instituindo-o como marginalidade e dissidência, ele é o nosso “outro odiável”. Adaptando o pensamento de Hassoun (1998) à nossa realidade: o negro existe para que possamos com ele nos confrontar.

Segundo os jovens, em alguns casos, o preconceito de cor pode desaparecer diante de outra característica compensatória, ou seja, um *status* profissional ou econômico. Mas essa situação não é comum, até porque a ascensão do negro ainda é muito difícil e, como eles mesmos disseram, os negros têm que se esforçar mais que os outros para poderem ser incluídos socialmente, para poderem ser aceitos. Interessante é observar que não revelaram indignação com tal situação; reação, ou melhor, ausência de reação equivalente ao que Figueiredo (1998) denomina de repúdio ao estrangeiro como algo que não nos dissesse respeito em absoluto.

Comentamos sobre os termos para se referir às pessoas negras, tais como *neguinha*, *negro*, *moreno*, *negão*. Esses usos se relacionam com o sentimento que têm pela pessoa, com as relações de intimidade e ainda com a lógica do público e do privado como traduzidos pela linguagem da casa ou da rua. Assim, o negro vira *negão* quando é um desconhecido visto na rua e a negra é *neguinha* quando é alguém de dentro de casa.

Mesmo existindo essa “tolerância” para com os negros e negras domésticos e íntimos (valendo aqui a ressalva de que o amigo é moreno, mas não negro, em referência a um dos garotos do grupo que tem a pele mais escura), o que predomina é uma recusa ao contato com o diferente, que se justifica diante da lógica de aceitação e concordância com os demais que não vêm com bons olhos a mistura. Aqui o temor é de subverter a ordem estabelecida pela maioria expressa na frase final: “*E ainda vou ficar mal falada por ter ido à casa de uma negra!!!*”.

Mas insistimos numa possível ocorrência do encontro: “... o que teria acontecido se a branca tivesse ido à casa da negra? (pesquisadora)“(...) seria uma

oportunidade dela ver que as coisas eram diferentes do que ela pensava, mesmo sem conhecer a realidade da pessoa, por isso era um preconceito” (N., 15 anos).

Esse momento de localização do diferente manifesto foi tenso, marcado pela inquietação e hesitação expressas no jogo do mostrar e esconder, assumir o preconceito de cor para logo em seguida transferi-lo a outras instâncias (sociedade, cultura e família). Diante de tanta hesitação e constrangimentos, adotamos, como pesquisadoras, uma postura de escuta dessa diferença, sem buscar desconcertá-los ou acusá-los. Do nosso ponto de vista, tratava-se mais de conduzi-los no reconhecimento do diferente, dos sentimentos que experimentam com relação a esse outro inassimilável, abrindo um espaço para a expressão do desejo de eliminação. Quem sabe, assim, via reconhecimento, se possa anunciar uma chance para o desenvolvimento do respeito e da tolerância. Talvez seja esse o trajeto entre designar o diferente e tornar possível a hospitalidade para com ele.¹²

O amigo também é diferente, mas essa diferença não é pejorativa. A diferença dos amigos de “verdade” surge em situações de convivência, e, para este grupo em especial, quando estão reunidos no grêmio estudantil, instituição política da qual participam e pela qual são responsáveis. O desenho do grêmio esboça pluralidade, rivalidades e hostilidades. Aqui não se trata daquele que está distante, que mora na favela, que tem uma cor diferente, que vive uma realidade diferente. Ele é o igual que também é diferente, mas que se torna oposto/avesso quando é falso.

O desenho do grêmio desencadeou falas, queixas, lamentações, reivindicações, desentendimentos, choro, mal-estar, um estranhamento de si naquilo que o outro informa e também permitiu pensar sobre as mudanças que queriam operar, as **ações** que deveriam empreender cada um e todos. O alvo nesse primeiro momento foi as “meninas” que falam pouco, não dão opinião e ficam, assim, à margem das decisões. Elas justificaram suas posturas, dizendo que as coisas no grêmio eram daquele jeito mesmo, uns falam muito e outros não. Uma das adolescentes disse que já havia dado sua opinião uma

¹² Eis aqui um momento de emergência da subjetivação política como processos psicológicos que podem ser inaugurados no campo de discursos e práticas que põem em curso uma retomada e uma revisitação permanente da diferença entre os homens e as mulheres no âmbito do público. Hostilidade e conflito são aspectos ontologicamente constitutivos das subjetividades (pois a afirmação de cada sujeito se faz às custas da determinação de uma alteridade) e inerentes às sociedades humanas (Castro, L., & Menezes, J., 2002). Daí o caráter social-clínico da Oficina, espaço de localização, elaboração e quiçá, reparação das hostilidades e conflitos via ação, discurso e exercício da crítica.

vez e não ouviram, enquanto que, quando uma outra garota falou a mesma coisa que ela, os demais, que geralmente comandam as reuniões, acataram.

Esse discurso sublinhou as dificuldades políticas enfrentadas pelo grêmio por cultivar uma estreita relação entre entendimento e sentimento, dificuldades que advêm quando a lógica dos sentimentos, os códigos da casa, do espaço privado, da intimidade, adentram um domínio público, político e coletivo. Lembramos aqui de DaMatta (1997) e suas observações acerca da privatização do público peculiarmente operada pelos brasileiros e que resulta no desenvolvimento de uma prática política guiada pelas lealdades relacionais. Destaque para o objetivo político da personalização/privatização do público: tornar as diferenças menos ameaçadoras, quiçá aniquilar as diferenças em prol do domínio dos iguais. Não é à toa que no grêmio, eles se entendem conforme os sentimentos que uns tem pelos outros.

Há ainda a divisão entre os fortes e os fracos: “... *as fortes são aquelas que gritam mais alto e que tem convicção das idéias que querem defender (...)* Só você pode vender sua idéia e fazer as pessoas acreditarem nela, se você acreditar nela. Se você não acredita, nem fala com convicção do que diz, ninguém vai escutar” (H., 16 anos).

Os “fracos” também estavam jogando com as fichas erradas, pois justificaram seu silêncio com relação às questões do grêmio por falta de *intimidade*. Sobre isso temos a reflexão empreendida por Sennet (1998) acerca da comunidade destrutiva pautada na intimidade entre seus membros e onde o programa político está subordinado ao movimento de desnudamento do eu. “*Então, para estarmos em público, lidar com questões políticas, participar do mundo dos negócios humanos, a condição é a intimidade?*” (pesquisadora). Resolvemos contrapor intimidade e respeito, ou melhor, sugerimos um deslizamento em forma de questão: “*É intimidade ou falta de respeito que impede você de falar?*” (pesquisadora). Quando apontamos para o **respeito**, de alguma forma mostramos que poderiam prescindir da intimidade e a idéia era, então, que um outro código passasse a enlaçá-los no espaço político grêmio. Aliás, esse ambiente deveria ser pensado menos como espaço de intimidade, onde prevalecem relações emocionalmente calorosas e estáveis e no qual cada um é tratado “como pessoa” e mais como *locus* propício à ação, discurso e ao exercício da crítica, atividades que garantiriam o reconhecimento político de cada um.

Nem deslizamos no sentido/significado da palavra respeito e eles já se apropriaram dela dizendo: *“É isso mesmo, é respeito sim que tá faltando”* (H. 17 anos). Esse momento marcou uma mudança no grupo, principalmente das posições entre fracos e fortes, pois algo assinalou que os falantes/fortes acabam sendo omissos por serem tendenciosos e pessoais, valorizam os seus pares, aqueles que os apóiam incondicionalmente e não as questões a serem tratadas, inclusive “sabotando” dessa maneira a manifestação das diferenças, discordâncias.

Denunciaram a intolerância com as pequenas diferenças que se pronunciavam entre os que eram aceitos, mas não se comportavam como o modelo estabelecido. No grupo, estava a funcionar uma lógica totalitária de só dar direito à voz e a vez quem falasse de uma forma segura e convincente e era bom que fosse assim no grêmio como forma de *“... treinar as pessoas para o mercado de trabalho, pois senão, numa situação futura não conseguiriam se destacar diante do patrão”* (H., 16 anos).

No módulo do oposto do amigo, seja ele o manifesto (aquele que renunciavam encontrar, usufruir da convivência) ou o latente (aquele com o qual convivem e por isso mesmo experimentar situações de mal-estar e confronto), tornaram-se pregnantes os temas do **respeito** e da **tolerância**.

O grupo não suportou o respeito e a tolerância, a mudança a ser operada em cada um e todos. Atrasaram/sabotaram o encontro que retomaria, através das contribuições deles (momento de implicação), os temas propostos. Marcaram e remararam a reunião diversas vezes e, quando foi para ela ocorrer, se atrasaram o máximo que puderam e não trouxeram as contribuições. Para nós, pesquisadoras, foi “um balde de água fria”. Havíamos chegado na questão do grupo e este retrocedeu, mas quem faz esse tipo de pesquisa tem que contar com isso, tem de acolher o tempo do grupo que nem sempre coincide com o cronograma da pesquisa; e às vezes a idéia é essa mesmo, alterar também o cronograma como forma de aceitar e incluir a marca do grupo na pesquisa.

Nesse dia, o encontro aconteceu de um modo diferente. Destacamos as dificuldades que estavam enfrentando justamente com o tema do respeito e da tolerância, dificuldade essa que repercutiu também nas pesquisadoras que foram tão tolerantes, aceitando as diversas vezes que marcaram e remararam o encontro, que até abriram espaço para a falta de respeito.

Nesse dia ficaram em relevo as repercussões da Oficina em cada um e em todos, o que veio sob a forma de reconhecimento de desengajamento no grupo de discussão sobre amizade e também no grêmio. Produziram questionamentos acerca do papel a exercer em ambos os espaços, como: “*Estou cumprindo meus compromissos e respeitando o outro que convive comigo?*” (L. 14 anos). A resposta precisou de um tempo para ser gestada e, no encontro seguinte, ela se deu sob a forma das contribuições que trouxeram sobre o respeito e a tolerância.

Trouxeram definições do tipo, “*Respeito é ter consideração*” e “*Tolerância é desculpar certos erros*” (T. 16 anos); Produziram compreensões no momento, tipo “*Tolerar é conviver com o diferente*” (H., 16 anos). Esse sentido de tolerância causou estranheza, pois entenderam por exclusão: “*... e com o igual não precisa ser tolerante?*” (H. 14 anos). Nesse momento, tivemos a oportunidade de discutir a amizade como acolhendo o diferente que desafia, muito mais que o coincidente, aquele amigo que concorda com tudo e não desestabiliza, “*... afinal no que o igual desafia?*” (pesquisadora).

Surgiu ainda a definição de respeito pelo seu negativo, a falta de respeito e aqui o instrumento de análise foi a letra da música “Sem Saúde”, interpretada por “Gabriel O Pensador” e trazida para o grupo por uma das adolescentes. A letra incluiu no debate o tema da falta de justiça social, da falência das políticas de grande alcance com vistas à melhoria da qualidade de vida da população pobre, as conseqüências extremas da situação de desigualdade social que prevalece no Brasil. No país onde predomina a abundância para uns poucos e a escassez para a maioria, a saúde é uma mercadoria. Quem pode paga, senão não tem direito a tratamento, não importa o caso ou a faixa etária, homem, mulher, criança, velho...

... Ta muito sinistro! Alô, prefeito, governador, presidente, ministro, traficante, Jesus Cristo, sei lá... Alguma autoridade tem que se manifestar! (...) Eu to sem segurança, sem transporte, sem trabalho, sem lazer. Eu num tenho educação, mas saúde eu quero ter. Já paguei minha promessa, não sei o que fazer! Já paguei os meus impostos, não sei pra quê? Eles sempre dão a mesma desculpa esfarrapada: ‘A saúde pública está sem verba’ E eu num tenho condições de correr pra privada. Eu já to na merda (Gabriel O Pensador, 1997).

Dar visibilidade às desigualdades sociais via “música” revela o apelo a estratégias significativas para estes jovens e que lhes são acessíveis no esforço de

construírem um sentido, dar um lugar ao mal-estar que advém da localização do sofrimento no rosto do outro. Nesse momento, mostraram-se atentos às diferenças que existem, mas que não deveriam existir, pois são produzidas por mecanismos de exclusão, ressaltando, assim, o potencial político das relações sociais, uma vez que: “(...) ao se problematizarem as relações sociais sob a ótica das desigualdades, o que está em jogo é justamente o potencial conflitivo das relações sociais, ou seja, aquilo que torna as relações sociais inerentemente políticas (...)” (Castro, L. & Menezes, J., 2002, p.74).

Importante é ressaltar que o respeito e a tolerância não são tomados aqui como princípios para todas as relações. Dada a pontualidade da oficina, o respeito e a tolerância fazem questão para esse grupo em particular.

Do nosso ponto de vista, o respeito e a tolerância são categorias com apelo ético, psíquico e político. Ético porque são ativadas em relação, no reconhecimento da diferença do outro com relação ao si mesmo. Psíquico porque a tolerância e o respeito advêm do processo de integração da hostilidade e do conflito à subjetividade. Enfim político, pois o respeito e a tolerância resultam de “(...) uma revisitação permanente da questão da diferença entre os homens e as mulheres no âmbito do público” (Castro, L. & Menezes, J., 2002, p.58). Em consonância com os preceitos da democracia radical plural, o respeito e a tolerância não dependem da harmonia para se concretizarem, nem visam à promovê-la. Eles apontam justamente para a pluralidade da vida social e garantem a manutenção dessa pluralidade, das diferenças e do conflito inerente às relações sociais. Por fim, podemos dizer que o respeito e a tolerância apresentaram-se como o resultado da elaboração dos afetos negativos experimentados pelos jovens na localização do diferente manifesto e na situação de convivência com o diferente latente.

No plano da amizade, respeito e tolerância situam-se como acolhida do outro na sua radical estranheza, desistência do consenso, da identificação absoluta, da reciprocidade e incorporação narcísico/antropofágica. Nos termos da amizade brasileira, em especial, o respeito e a tolerância devem ser ativados menos pelo medo de perder o amigo e mais pelo ensinamento político que há numa relação que é, acima de tudo, um permanente jogo de incitação e transformação.

5 O amigo é o diferente!

Esse módulo funcionou como retomada de tudo o que havia aparecido até então: as afinidades, coincidências, os gostos em comum, as diferenças que emergem na convivência com o diferente latente e as diferenças como marcas pejorativas que inviabilizam a convivência com o diferente manifesto.

Foi momento de ressaltarmos as diferenças que não eliminam a amizade, mas a tornam possível sob um novo estatuto. A existência grupal antropofágica deve ser desfeita até porque o amigo só pode participar do trajeto de constituição da subjetividade do outro na medida em que se mantém estrangeiro. É nessa condição que ele auxilia o amigo a elaborar o que lhe é próprio, ou, como nos diz Ulloa (1998), apropriar-se do próprio. É quando se posiciona como Outro que o amigo acrescenta liberdade à amizade.

O tema da força também instaurou um momento de implicação, principalmente para os que se queixam de não ter espaço para falar por causa do domínio dos fortes. O que fazer? Enveredamos por imaginar estratégias. A idéia não era encontrar uma solução definitiva e, nesse sentido, até advertimos para o fato de que a estratégia de forçar espaços de fala num encontro não serviria para o seguinte, pois o positivo da **ação**, no sentido daquilo que a torna eficaz, é o seu potencial de surpresa, sua capacidade de romper, de cortar e instaurar um outro movimento, mesmo que temporariamente. Interessante foi observar “*as meninas*” envolvidas na discussão de como melhorar a participação e vê-las, inclusive, atropelando as falas dos outros e estes calando para ouvi-las.

As relações com o *diferente manifesto* retornaram por meio da questão: “***O que você faria se fosse negro e descobrisse que a maioria dos seus colegas é racista?***” (Iacocca, 1996). De um módulo para o outro houve mudança na elaboração da resposta: “... *perguntaria se eles eram meus amigos ou da minha cor*” (L., 15 anos). “... *essa coisa de cor não tem nada a ver, vale o que a pessoa é por dentro*” (S., 14 anos).

A discussão sobre o estranho e as oportunidades de contato com ele foi ampliada com o relato, por duas adolescentes, de um encontro ocasional com um casal homossexual. O encontro proporcionou uma conversa com o “*diferente manifesto*” que fez com que elas saíssem “*com outra visão*” (como fizeram questão de dizer) acerca das pessoas que fazem esse tipo de opção.

O encontro com o diferente deu-se na cidade, no espaço da pluralidade e numa situação em que as adolescentes foram visitar um universo novo, inédito para elas. Retomemos Castro, para quem “... o perambular pelas ruas e os deslocamentos na cidade propiciam, ainda que de maneira assistemática e não completamente elaborada, uma cultura política (...)” (2001 a, p.148) expressa aqui pelo encontro inesperado com o diferente apontado inicialmente como inassimilável, pois portador da diferença pejorativa.

Esse acontecimento foi elaborado na oficina pela narrativa detalhada do encontro. A elaboração do acontecimento pôde ser localizada na mudança das emoções/sensações: “... *foi bem engraçado, eles são legais*” (C., 16a). “(...) *nós saímos de lá com outra visão*” (N., 15a). Como nos diz Castro, este encontro foi uma “experiência” para as jovens na acepção comum da expressão ‘sofrer uma experiência’, pois “sofre-se uma experiência quando ela permite a vivência da dor e, quem sabe, da reparação” (2001a, p.124).

“... *alguma autoridade tem que se manifestar!*” (Gabriel O Pensador). Aqui a referência foi ao grêmio como lugar de luta de forças - os mais fortes que querem ser a autoridade e os mais fracos tendo que se submeter. O encaminhamento foi no sentido da necessidade de uma mudança de perspectivas para que a participação de todos pudesse ser assegurada. Não se trata do fim da autoridade, mas da sua comunhão, todos exercendo, em certa medida, a autoridade. E não se trata do fim da força, mas da transformação desta em poder ou potencial de poder que é a expressão mais adequada para nomear o que existe “entre” os homens, quando agem juntos¹³. Retomando Arendt (2000), é o poder que se faz presente no espaço das relações humanas. A potência do poder encontra-se na resistência, na capacidade de se rebelar e resistir, não permitindo que as relações (onde deve predominar o jogo de poder, a possibilidade de dirigir e mudar o comportamento do outro) transformem-se em estados de dominação. Como Ortega bem nos diz, “A nova ética da amizade procura jogar dentro das relações de poder com um mínimo de dominação e criar um tipo de relacionamento intenso e móvel que não permita que as relações de poder se transformem em estados de dominação” (2000, p.89).

CONCLUSÃO

¹³ Para Arendt (2000), o problema da força é que ela é imutável, mensurável e relacionada ao indivíduo isolado que, embora forte, é impotente, pois renunciou à convivência (condição para se ter poder).

O que dizer das possibilidades políticas de subjetivação na contemporaneidade? Muitas são as respostas possíveis. Arriscamos a construção de um esboço que evidencia o necessário enfrentamento do problema da coexistência, da convivência humana. Nesse esboço, um “outro” inevitável se posiciona: a questão da pluralidade e da diferença.

A democracia liberal, marcada pelo racionalismo e universalismo, diante do pluralismo, advoga o estabelecimento de princípios que devem ser aceitos por todos, apesar das diferenças. Na democracia liberal, prevalece o modelo identitário de constituição da subjetividade e de relação social. Busca-se o consenso e a unidade num tipo de relação recíproca que almeja fazer o Outro coincidir com o si mesmo. Pela tirania identitária, as relações “verdadeiras” só se estabelecem entre os que se reconhecem ou se imaginam como “os mesmos”. Um dos grandes legados da democracia liberal para as subjetividades é o xenófobo como tipo humano que se constitui pela prática taxonômica de localização e classificação das diferenças (racial, sexual, cultural, social etc.), podendo chegar ao extremo da eliminação do diferente, já que nutre por ele um ódio radical.

A democracia radical plural, por outro lado, tem na pluralidade e na diferença a sua condição de possibilidade, de objetividade. O essencial dessa proposta democrática está justamente no caráter político que imprime ao pluralismo, ou seja, é preciso não apenas celebrar as diferenças, mas fundamentalmente distingui-las. A distinção passa pelo reconhecimento das diferenças que existem, mas que não deveriam existir, e pela localização das diferenças que não existem, mas deveriam existir. Nos termos da convivência humana, trata-se de uma incitação à observação, reflexão, imaginação sobre as diferenças construídas em relações de subordinação (como, por exemplo, o estabelecimento das desigualdades sociais) e um desafio ao paradigma identitário e antropofágico que veda o encontro com o Outro na sua mais radical e absoluta estranheza.

A democracia radical plural convida-nos a desarticularmos do “altero” o desalento, a dor, o medo, as paixões tristes em prol da afirmação da alegria da diferença, contra toda forma de racismo. Compreendemos e apostamos que a democracia radical plural comporta uma proposta de subjetivação política marcada pela diferença (localização dos mecanismos de exclusão) e pela distância (alternativa a uma forma de relação com o outro para além da intimidade e que incita à transformação).

Ao longo da Oficina da Amizade, a investigação da alteridade se deu pela figura do amigo, pois, embora se entenda a amizade e as relações sociais como temas que usualmente se referem à esfera privada, procuramos delinear alguns novos contornos, por meio da discussão em grupo com jovens, de como esses temas podem incidir sobre dilemas e impasses comuns da vida social. Significa que jovens instauram a partir desses temas uma compreensão mais ampla e compartilhada dos conflitos e contradições que regem a vida coletiva (Castro, L.; Menezes, J., 2002).

O tema do “altero” incorporado às relações de amizade precipitou nos participantes uma situação de reconstrução sentimental e afetiva que exigiu de cada um e de todos um reposicionamento subjetivo (do si mesmo e do outro), conduzindo-os a reinventar os laços sociais de um viver junto.

Contrariando o discurso do desinteresse e até da incapacidade de entendimento do jovem com relação às questões políticas, podemos observar, em consonância com outras experiências de oficina¹⁴, que, dada à oportunidade, os

“(...) jovens são capazes de produzir reflexões sobre as posições sociais das pessoas e como estas posições podem ser explicadas. Pensar sobre este aspecto da vida em comum significa dar um sentido às relações sociais e ao ‘contrato social’: o que une as pessoas umas às outras? O que mantém alianças? Hostilidade? Como explicar que uns são diferentes dos outros? Por que uns têm tanto, outros tão pouco?” (CASTRO, 2001 a, p.122).

Afirmamos a necessidade de ampliarmos e diversificarmos as possibilidades de convivência com o estranho, com o diferente. A oficina se propôs ser um instrumento de desestabilização da convivência homogênea dos iguais e um indicador da qualidade fundamental da pluralidade como condição da nossa existência política.

A oficina foi avaliada pelos seus participantes como uma oportunidade de expressarem e fazerem valer seus pontos de vistas, sendo preciso, porém, se despedir, fechar o ciclo das reflexões e apostar que elas germinarão transformações num tempo que é o particular de cada um. Qual o discernimento que alcançamos ao longo de todo esse processo? Fazemos nossas as palavras de Vinãr: “o discernimento que conseguirmos estará mais nas perguntas que poderemos formular e no espaço de problemas que chegemos a

¹⁴ Oficina da Cidade. Cf. CASTRO, L. R. **Subjetividade e cidadania**: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

sugerir ou desenhar, do que nas respostas astutas ou torpes que acalmem e encerrem nossas inquietações” (1998, p.188).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. (1958). *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 353p.

BIRMAN, J. Comunidade, diferença, amizade (sobre as novas formas de subjetivação na atualidade). Em *Vozes do milênio: para pensar a globalização*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002. pp. 59-72.

BLEGER, J. Grupos operativos no ensino. Em J. Bleger (Org.) *Temas em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1980. pp. 53-82.

CASTRO, L. R. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. Em L. R. Castro (Org.) *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2001. pp 19-46.

_____. Crianças, jovens e cidades: vicissitudes da convivência, destinos da cidadania. Em L. R. Castro (Org.) *Subjetividade e cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001a pp.113-156.

CASTRO, L. R., CORDEIRO, A C. F. & MENEZES, J. A. Oficinas da cidade em Fortaleza. Em *Psicologia: reflexão e crítica*. 2002, 15 (1), pp.53-61.

CASTRO, L. R. & MENEZES, J.A Subjetivação política: novos contornos no contemporâneo. Em *Praia vermelha: estudos de política e teoria social*. Revista do programa de pós-graduação em serviço social. Vol. 7, n. 7 (2002) – Rio de Janeiro: UFRJ.(p. 56 – 80).

CASTRO, L. R. Grupos de discussão com adolescentes: confrontando o “singular” na pesquisa e na prática clínica. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PSICOLOGIA, 3., 2003, João Pessoa. 7 f. Mimeografado.

DAMATTA, R. *A casa e a rua*. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 164p.

FIGUEIREDO, L. C. A questão da alteridade nos processos de subjetivação e o tema do estrangeiro. Em KOLTAI, C. *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 1998. pp. 61-75.

HASSOUN, Jacques. O estrangeiro: Um homem distinto. Em KOLTAI, Caterina (org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta: FAPESP, 1998. pp. 83-104.

HOLANDA, Sérgio B. (1936). *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 224p.

IACOCCA, L.; IACOCCA, M., *O que fazer? Falando de convivência*. 8^a. ed. São Paulo: Ática, 1996.

KRISTEVA, J. A vida é uma narrativa. In *O gênio feminino: a vida, a loucura, as palavras: Hannah Arendt, Melanie Klein, Colette*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. (p. 24-98).

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. Em *Revista Brasileira de Educação: Juventude e contemporaneidade (número especial)*, n. 5 e 6, 1997. pp. 5-14.

MOUFFE, C. *The return of the political*. Londres: Verso, 1993.

ORTEGA, F. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida e Foucault*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2000. 120p.

REZENDE, C. B. *Os significados da amizade: duas visões de pessoa e sociedade*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

SENNET, R. (1974) *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. 6 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 448p.

VINÃR, Marcelo. O reconhecimento do próximo. Notas para pensar o ódio ao estrangeiro. Em KOLTAI, Caterina (org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta: FAPESP, 1998.

ULLOA, Fernando. O estrangeiro na produção da subjetividade. Em KOLTAI, Caterina (org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta: FAPESP, 1998.

